A Emergência de uma Identidade Regional no Campo das Relações Interétnicas

LEONARDO H. G. FÍGOLI

1 — INTRODUÇÃO

Com a presente comunicação pretendemos tratar alguns problemas em torno dos processos de identificação dos grupos indígenas do Alto Rio Negro e, com isso, fazer algumas considerações teóricas gerais no que diz respeito à identidade étnica.

Partimos da experiência que tivemos com tais grupos indígenas numa recente pesquisa, integrada ao Programa de Pós-graduação da Universidade de Brasília e patrocinada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico — CNPq, que teve como foco de investigação a cidade de Manaus. Encontram-se na capital do Estado do Amazonas algumas centenas de índios emigrados de vários locais dos "altos" afluentes do Rio Negro, tais como os rios Uaupés, Papuri, Içana e Tiquié. Trata-se de uma corrente migratória que, além de ter sido um mecanismo destinado a aliviar as tensões produzidas pela penetração das frentes nacionais nos seus territórios — basta lembrar os movimentos messiânicos dos "falsos cristos", por exemplo — vem se intensificando nas últimas décadas e se dirigindo aos principais centros urbanos regionais, especialmente São Gabriel da Cachoeira e Manaus. Emigrados pelas profundas tensões e pressões que afetam toda a sua existência e solicitados pelas novas necessidades emanadas da atual situação do contato, os indígenas se dispersam pela região seguindo o curso do Rio Negro, instalando-se também em numerosas vilas e povoados amazônicos. A corrente migratória tem início, geralmente, com o deslocamento grupal ou individual até os Centros Missionários estabelecidos na região, à procura da assistência educativa, sanitária ou mesmo para a obtenção de mercadorias. Aí se origina, efetivamente, um fluxo migratório *cons-*

tante às cidades, estimulado pela efervescência dos meios de transporte que vinculam os núcleos missionários e os centros urbanos regionais. Tivemos oportunidade de registrar no campo que quase 80% dos radicados na cidade de Manaus tinham partido de três das principais Missões Salesianas do Alto Rio Negro: Pari-Cachoeira, Iauareté e Taraquá.

O contingente de emigrados, instalados na cidade na época da pesquisa, estava composto por representantes dos distintos grupos conhecidos como "Índios do Rio", entre os quais chegamos a registrar os seguintes: Tukâno, Desâna, Tuyúka, Arapáso, Wanâno, Pirá-Tapuya, Mirití-Tapuya, Baraçana e Karapaná, da língua Tukano-Betoya, Tariâna e Baniwa, da língua Aruak. Os diversos grupos compõem um conjunto, relativamente compacto, manifesto na extensa rede de relações de interconhecimento e interreconhecimento que alcança cada um dos indivíduos no contexto local urbano. Poderíamos dizer que, com exceção de alguns casos isolados, todos os agentes se encontram inseridos numa *malha tribal citadina,* unidos por uma multiplicidade de laços. No seu interior encontramos relações entre migrantes de períodos diferentes, provenientes de diversas localidades, estreitados por laços de parentesco, amizade, cooperação, etc. Entre os agentes participantes dessa trama de inter-relações, destacou-se, durante a pesquisa, um considerável número de indivíduos — se nos permitem o termo — "indiferenciados", ou melhor, reconhecidos por outros, de um modo amplo, como pertencentes ao "Alto Rio Negro" (ou, simplesmente, "Do Alto"); em outros casos não menos significativos, as identidades atribuídas foram incorretas e mesmo confusas. A parcela conformada por este contingente de "indiferenciados" alcançou, surpreendemente, no final da pesquisa, uma porcentagem verdadeiramente relevante: 26% do total.

A importância do fenômeno levou-nos a perguntar o porquê de uma manifestação tão acentuada de desconhecimento ou desinteresse, por parte dos agentes, de definir as respectivas vinculações grupais sem ferir, não obstante, o reconhecimento da identificação no nível regional. Teria isto que ver com a experiência migratória, com a situação urbana, ou, mais ainda, estaria relacionado com particularidades das identificações tribais dos grupos do Alto Rio Negro?

De uma coisa tínhamos certeza: a situação urbana tinha-se tornado um ponto privilegiado para a observação dos processos de identificação intertribal por constituir uma instância de intensificação e reorganização das relações entre grupos que, normalmente, se encontram distantes na área.

2 — A TAXONOMIA CIENTÍFICA

A literatura etnográfica tem sido, na verdade, muito obscura no que diz respeito à classificação dos grupos indígenas do Alto Rio Negro, especialmente sobre aqueles conhecidos como "Índios do Rio". Nos diferentes autores encontramos interpretações divergentes quanto às relações que mantêm as unidades sociais que compõem a realidade indígena do vale do Rio Negro, sendo, muitas vezes, explicações parciais e mutuamente exclusivas. Queremos evitar aqui uma tomada de posição que implique numa simples concordância com algumas das posturas, para o que se faz necessário partir de uma crítica dos critérios utilizados até o momento. De nossa perspectiva, tem-se partido de uma base comum não questionada que implicou numa maneira de abordar a problemática e que constituiu um obstáculo para uma definição mais adequada dos processos de identificação nesse contexto intertribal.

Parece-nos que os distintos debates travados em torno da delimitação dos grupos que habitam os chamados "altos rios" da área Norte Amazônica têm girado em torno de uma preocupação central, geralmente não explícita entre os autores, como tem sido a procura de uma identidade pontual, ou um a um, entre os grupos empiricamente dados e as suas identificações. Por essa via chegou-se a uma variedade de classificações baseadas em critérios lingüísticos, como os estudos de Sorensen ou Jackson, ou em traços culturais ou organizacionais, como os trabalhos de Goldman, C. e S. Hugh-Jones, Reichel-Dolmatoff, Galvão, para citar os mais importantes. Apesar dos numerosos esforços para delimitar as "fronteiras" grupais, as classificações sugeridas têm-se deparado com inúmeros problemas de discordância entre os critérios selecionados e a realidade estudada. Ora enfatizando os limites por barreiras lingüísticas, denominando-os "agregados lingüísticos", ora distinguindo-os pelos traços de organização social, diferenciando-os segundo regras de exogamia e patrilinealidade, tem-se chegado a uma abundante terminologia diversa e divergente, aplicável a cada uma das unidades sociais que constituem o quadro total da região norte do Rio Negro. Não nos parece necessário, nem oportuno, trazer aqui uma revisão das classificações propostas pelos pesquisadores para cada um dos níveis de agrupamento social, bastando lembrar que se tem apelado para uma gama de conceitos tais como: tribos, clãs, fratrias, grupos exogâmicos, agregados lingüísticos, etc. Vale resgatar das distintas posições teóricas um conjunto de pontos em comum amplamente aceitos, qual seja: cada grupo do Alto Rio Negro é uma unidade de

descendência agnática, exogâmica, de residência patrilocal e falante de língua transmitida por via paterna (S. Hugh-Jones, 1979 : 22).

De um modo ou de outro, as variadas posições sustentam, por trás das diferenças, uma maneira de abordar a problemática da intertribalidade no Rio Negro que obstaculiza a elucidação de tais relações: a procura de correlações entre as identificações dos grupos discretos e traços "objetivamente" comprováveis nos níveis lingüístico, cultural ou organizacional. Tal preocupação tem levado os pesquisadores a obter, de cada um dos grupos, respostas isoladas de uma realidade que deve ser tratada, no campo das identificações, como um todo. É sabido que os diversos grupos — inclusive lingüísticos — compartem numerosos aspectos culturais; a mitologia, por exemplo, ou organizacionais, tais como formas de descendência, e que se encontram inter-relacionados econômica, social e politicamente entre si por intermédio de intercâmbios matrimonais segundo regras de exogamia (S. Hugh-Jones; 1979 : 22). A região conforma um todo social com inúmeras vinculações entre os grupos locais, permitindo a cada indivíduo ou a cada unidade social, segundo o nível que tomemos em consideração, manter relações com grupos distantes veiculadas através das alianças matrimoniais.

Assim, a procura de dados empíricos que apoiem os sinais diacríticos expressos pelos agrupamentos sociais tem-se mostrado insuficiente e, muitas vezes, tem dificultado a compreensão das representações que atuam mediando as relações intergrupais. A nosso ver, tudo se passa como se não se pudesse compreender esta forma particular de identidades sociais se não sob a condição de abandonar as oposições que a preocupação etnológica tenta operar, para romper com os pressupostos de correlacionar um a um os grupos empíricos e suas representações; ao contrário — é o que sugerimos aqui — dever-se-ia aceitar as representações que permeiam as relações intergrupais geradas pelo próprio sistema intertribal.

Desta maneira, parece adequado encarar as relações intertribais do Alto Rio Negro como um modo particular de relações interétnicas responsável pela atualização de identidades contrastivas num sistema de referências de caráter ideológico não marcado pela contradição que caracteriza as relações com a sociedade nacional (Cardoso de Oliveira; 1976 : 9-14). Essa forma de abordagem, por outro lado, tem-se mostrado útil como caminho explicativo para a situação dos Tariâna do Rio Negro como foi mostrado recentemente num importante estudo realizado por Ana Gita de Oliveira (1981 : 56-71).

Parece plausível, então, compreender a multiplicidade de identidades assumidas por aqueles "grupos discretos", obscuramente delimitados pela etnografia existente, como categorias definidas pelas *relações* mútuas no âmbito intergrupar e nunca referidas em termos *absolutos* (Cardoso de Oliveira, 1976 : 9). Poder-se-á dizer, neste sentido, que as identidades ditas "tribais" do Alto Rio Negro se apresentam como *posições* num sistema referencial de caráter ideológico, marcadas por relações de complementariedade suscetíveis de serem concebidas pelos agentes como *categorias étnicas* no limite do sistema intertribal.

3 — A SITUAÇÃO URBANA

Não é o objeto deste trabalho tratar especialmente os processos de identificação intertribal, senão referi-los particularmente às relações com a sociedade majoritária. Concretamente, nos perguntamos: como o contato entre aqueles grupos e a sociedade nacional afeta o sistema de categorias étnicas intergrupais, ou, em outras palavras, que sucede com as identificações intraminoritárias no interior do sistema de relações interétnicas, constituído pela vinculação entre a sociedade indígena e a sociedade nacional?

Tínhamos colocado no começo a situação de redimensionamento que vivenciam as comunidades indígenas do Alto Rio Negro ao conviverem no meio urbano, sendo este um ângulo privilegiado para a observação dos processos de identificação intertribal. Durante a pesquisa observamos uma porcentagem elevada de indivíduos que se auto-identificaram, em primeira instância, e foram identificados por seus congêneres, com base num critério regional que omitia o pertencimento a qualquer das categorias étnicas do Alto Rio Negro, constituindo um contingente importante que chamamos, provisoriamente, "Índios do Alto".

Na cidade de Manaus conviviam indivíduos provenientes dos mais diferentes locais, membros das várias categorias étnicas. Obtivemos as seguintes porcentagens para cada grupo: Tukâno, 38%; Tariâna, 12%; Desâno, 8%; Tuyúka, Arapáso, Wanano e Pirá-Tapuya, 3% cada um; Mirití-Tapuya, Baniwa, Baraçana e Karapaná, 1% respectivamente. Os 26% restantes estiveram representados pela categoria regional "Do Alto".

Esse fenômeno permitiu entrever um certo relaxamento das identidades intertribais no meio urbano. Ao mesmo tempo, sugeriu a possibilidade de se estar frente à emergência de uma

identidade étnica abrangente das várias identidades que conformam o sistema de categorias intergrupais, *metaforicamente elaborada sob um critério de semelhança de posição* considerado a partir das relações vividas pelos índios egressos do Alto Rio Negro no interior do sistema interétnico urbano.

Apelaremos aqui para a definição de "campo semântico" da etnia dada por Cardoso de Oliveira (1976 : 102), destinada a delimitar o âmbito de ocorrência do fenômeno étnico onde a noção etnia (e a identidade) se revela com todo seu potencial heurístico, *por ser de extrema utilidade* para distinguir os níveis de etnicidade que tratamos e que, pretendemos, coexistem no caso dos grupos indígenas do Alto Rio Negro. Valendo-nos desta definição, poderemos reconhecer, analiticamente, dois campos semânticos distinguíveis: aquele que delimita o espaço de significação na atualização das identidades intertribais, cuja referência é o sistema de posições marcadas por relações hierárquicas complementares, e aquele outro campo no qual se atualiza uma *identidade de outra natureza,* mais abrangente — inclusiva das anteriores — que tem por base o sistema interétnico marcado pela contradição entre as sociedades indígena e nacional.

Se atentarmos para o segundo desses campos de ocorrência, não é difícil admitir que o sistema interétnico, isto é, o sistema de relações que governa o contato entre índios e não-índios introduz uma redefinição no sistema de categorias étnicas intertribais, as quais tenderão a se organizar tendo em vista as relações assimétricas dominantes no interior do sistema interétnico. Tal parece ser a explicação que podemos atribuir à forma de perceber as relações intertribais que os agentes expressavam como transformadas em "igualitárias", decorrentes da convivência no mesmo espaço urbano. Permito-me reproduzir aqui as palavras de um informante:

> *"Quando uma pessoa não entende de 'tipo de gente', ou seja, o que quer dizer Tukâno, o que quer dizer Desâno, ele pergunta: Tukâno é o quê, é índio? Finalmente, vai essa palavra. Para as pessoas que não entendem, Tukâno significa índio."*

No campo semântico constituído pelas representações engendradas no interior do sistema interétnico, as relações hierárquicas intertribais tendem a ser vistas pelos agentes como sendo *simétricas.* Nesse sentido, as identidades tribais ficam "suspensas". Tudo se passa como se *as relações assimétricas entre os grupos, no novo contexto do reagrupamento citadino,*

por força de uma oposição total — e totalizante — entre a ordem tribal e a ordem nacional (Cardoso de Oliveira, 1972 : 30), *se transformassem internamente em relações simétricas frente a sociedade majoritária.*

O depoimento citado acima é bastante esclarecedor do poder reordenador que exerce um novo denominador comum surgido no contexto citadino sobre as identidades intertribais. Simultaneamente à emergência de uma identidade inclusiva, cuja gramaticalidade corresponde ao sistema interétnico, se processa reflexivamente uma redefinição — inevitável — das identidades dos grupos componentes do Alto Rio Negro, ficando, por efeito do contraste totalizador do contato, associadas *metonimicamente sob um critério de contigüidade territorial e temporal:* um espaço e uma história alienígena, impostos pela sociedade dominante.

É sob a condição de atender ao conteúdo histórico da identidade étnica — posto que é um produto histórico de um confronto histórico — que compreenderemos o processo social que a gera. Dessa perspectiva, temos que considerar a espacialidade e a temporalidade, isto é, a territorialidade e segmentaridade daqueles grupos como dimensões de sua história transformadas pelo domínio da sociedade nacional. Nesse sentido, o território dos indígenas do Alto Rio Negro aparece como um grande "conjunto" desde que foi dominado politicamente a partir dos tempos da conquista portuguesa até os dias de hoje, onde por gerações se lhes veio a impor o poder da sociedade envolvente.

Iniciado o processo de dominação no século XVII as comunidades indígenas experimentaram os sucessivos avanços e retrocessos das numerosas frentes nacionais, de acordo com os vários "ciclos econômicos" que singularizaram a região amazônica. Refugiados da exploração de comerciantes e regatões nos "altos" afluentes do Rio Negro, no começo deste século, ficaram à mercê de uma "frente missionária" que empreendeu uma ação sistemática de "catequese e civilização". Atualmente, os missionários constituem o principal contingente de brancos na área, concentrando todo poder político e econômico em virtude do relativo isolamento geográfico da região.

Não será necessário descrever a sólida ação missionária junto às populações indígenas do Rio Negro, nem a violência que a caracterizou. Somente queremos sublinhar que sua maciça atuação alcançou homogênea e sistematicamente a todos os grupos localizados ao longo dos rios. Devemos lembrar que, desde o início da submissão dessas populações, administradores e, principalmente, missonários utilizaram o aldeamento

como estratégia de dominação, hoje prolongada nos Centros Missionários. Tais recrutamentos demandaram dos grupos indígenas, considerados "dispersos" pelos religiosos, uma profunda reorganização, para coexistirem nos espaços limitados dos centros paroquiais. Assim, com a instalação oficial dos salesianos, *delimitam-se jurisdições paroquiais e fronteiras regionais* que serviram de base para a construção de uma identidade daqueles submetidos às mesmas pressões externas e às mesmas imposições.

É na história da dominação que assistimos ao surgimento, como produto de uma imposição arbitrária, da redefinição das fronteiras territoriais, a substituição da toponímia indígena pelas denominações portuguesas, a divisão em jurisdições paroquiais e a delimitação da região como um todo "unificado" pela política missionária, sistema político dominante a partir do qual os agentes *constroem sua posição no sistema de relações interétnicas.* Um mesmo indivíduo poderá, então, segundo o interlocutor ou as circunstâncias, identificar-se como membro de uma categoria étnica do sistema intertribal — Tukâno/Desâno/Tariâno — ou como membro de uma paróquia — Parí-Cachoeira/Iauareté/Taraquá — ou, ante estranhos que desconhecem as divisões administrativas da região, como pertencente ao "Alto Rio Negro".

A nosso ver, com o contato se produz um *descentramento* dos grupos e as suas correlativas identidades, passando estas a formar parte de uma homogeneidade forçada pela dominação que deu lugar ao surgimento de uma *identidade inclusiva* elaborada sobre um critério regional. Não queremos sugerir com isto que haja uma substituição irreversível das identidades específicas implicando o seu desaparecimento completo; pelo contrário, afirmamos que elas estão presentes em "ausência", concatenadas de tal modo que revelam ser o reverso da identidade regional. É *a condição* de ser Tukâno, Desâno, etc. que torna possível ser identificado, por deslizamento de campo semântico, como "Do Alto Rio Negro".

Finalmente, para encerrar o exposto até aqui, queremos colocar como considerações finais três pontos:

1.º) A emergência de uma identidade abrangente se pôs de manifesto numa situação urbana que implica num *redimensionamento* das relações intertribais. Tal reorganização tem seus antecedentes nos reagrupamentos impostos às comunidades indígenas do Alto Rio Negro como estratégias de dominação desde os forçados "aldeamentos" até os recentes recrutamentos nos centros missionários.

2.º) Sendo a identidade étnica fundamentalmente definida como *relação* (Cardoso de Oliveira, R.; 1978 : 4), o seu valor não é fixado a um grupo substantivo, mas é relativo aos termos que vincula; no caso que tratamos, a *identidade inclusiva* do Alto Rio Negro exprime — logicamente —, sob um critério regional e no nível ideológico, a contradição historicamente dada entre a sociedade nacional e as sociedades indígenas compulsoriamente unificadas pela dominação.

3.º) A identificação, segundo um critério regional, não envolve absolutamente o desaparecimento das identidades específicas, isto é, tribais, mas um reordenamento ideológico destas sob uma oposição dominante, cuja prioridade lógica sobre as outras formas de classificação tem por efeito conectá-las em "ausência" por contigüidade, passíveis de serem atualizadas segundo contextos etnizados diferencialmente. A identidade regional se apresenta, assim, como o *centro de uma constelação de categorias étnicas.*

Por último, à guisa de conclusão, gostaríamos de reproduzir as palavras de um informante que expressam de uma maneira exemplar aquilo que esboçamos até aqui:

> *"A gente percebe que até os brancos têm muitos descendentes; por exemplo, eu não digo para tal que ele é Romano ou para qual que ele é Judeu. Eu não classifico os brancos. Para eles é uma ofensa muito grande, ofendo a eles. Quando digo branco aí é geral, ninguém sabe qual é a sua origem. Então, assim como eles se sentem ofendidos a gente também sente a mesma coisa. Pode até ser pior, Tukâno, Tariâno, Desâno, ofende. Não serve para ser falado no público, quer dizer, na cidade. Mas quando for lá no Alto Rio Negro é outra coisa, quer dizer, quando está no meio do povo, aí é outra coisa."*

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O Índio e o Mundo dos Brancos.* São Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1972.

————. *Identidade. Etnia e Estrutura Social.* São Paulo, Ed. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1976.

————. *A Sociologia do Brasil Indígena.* Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1978.

HUGH-JONES, Stephen. *The Palm and the Pleiades: Initiation and Cosmology in Northwest Amazonia.* Great Britain, Ed. Cambridge University Press, 1979.

OLIVEIRA, Ana Gita. *Indios e Brancos no Alto Rio Negro: um estudo da situação de contato dos Tariâna.* Dissertação de Mestrado, UnB, mimeo, 1981.